

APRESENTAÇÃO: EDUCAÇÃO INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE – NOVOS DESAFIOS PARA O DIÁLOGO INTERCULTURAL

José Augusto Laranjeiras Sampaio *

Marcos Luciano Lopes Messeder **

Cecília McCallum ***

Tomando a Educação Indígena como tema, o presente número da Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade vem a público no exato momento em que nossa Universidade implanta o seu Curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena (Liceei/Uneb). Já em 2006, grupos dos mais de seiscentos professores indígenas no estado da Bahia demandaram, junto a diversas das unidades da Uneb mais próximas às suas comunidades, a implantação de um curso de formação para professores indígenas, que fizesse chegar a esses docentes, espalhados por uma rede escolar que atende a mais de uma centena de comunidades indígenas no estado, a oportunidade de formação específica e diferenciada em nível superior, exigência legal e iniciativa já então pioneiramente em curso em outras unidades da federação.

Sendo a Uneb a universidade pública na Bahia de maior abrangência regional e, portanto, com mais possibilidades de oferta de curso específico para professores indígenas em unidades próximas às suas comunidades, além de ser uma instituição de ensino superior marcadamente vocacionada para as licenciaturas, foi inequivocamente percebida por aqueles grupos de docentes como foco preferencial para a sua demanda.

A oportunidade de elaboração de projeto para uma licenciatura intercultural indígena na Bahia foi propiciada pelo Programa de Apoio às Licenciaturas Indígenas (Prolind) do Ministério da Educação (MEC) e veio a ser conduzida, como não poderia deixar de ser, face à própria iniciativa da demanda, de modo participativo e colegiado, envolvendo professores e líderes indígenas das diversas etnias no estado, e os docentes da Uneb com experiências de pesquisa junto a esses povos indígenas e já com atuação, inclusive, na formação de

* Antropólogo. Professor do Departamento de Educação do Campus I da UNEB e Coordenador Técnico da Associação Nacional de Ação Indigenista - Anai. Endereço para correspondência: UNEB – DEDC I, Rua Silveira Martins, 2555, Cabula – 41.195.001 Salvador-BA. E-mail: guga@anai.org.br

** Doutor em Antropologia pela Universidade Lumière Lyon 2 – França. Professor Adjunto de Antropologia do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Endereço para correspondência: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula – 41.195.001 Salvador-BA. E-mail: marmesseder@terra.com.br

*** PhD. Doctorate in Social Anthropology, LSE, Univ. of London. Professor Adjunto na Universidade Federal da Bahia. Endereço: UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia. Estrada de São Lázaro s/n, Federação – 40000-000 Salvador, BA. E-mail: cecilia.mccallum@uol.com.br

professores indígenas em cursos específicos, a nível médio ou a nível superior junto a instituições em outros estados. Vale sublinhar que a iniciativa contou sempre com o apoio, não raro entusiasmado, dos quadros e organismos diretivos e colegiados superiores da Uneb, bem como da Secretaria de Educação do Estado.

Desse modo, uma vez aprovada pelo MEC a destinação de recursos que viabilizariam parcela significativa das despesas do curso, adotou a Uneb a iniciativa de realizar, já com recursos próprios, no primeiro semestre de 2009, o exame vestibular para a sua Liceei, no qual se inscreveram, para as suas 108 vagas iniciais, mais de trezentos candidatos indígenas.

A primeira turma do Liceei/Uneb reúne alunos indígenas de onze etnias no estado, cem dos quais são professores indígenas que fazem sua formação superior em paralelo e de modo articulado às suas atividades docentes. O curso teve a sua primeira etapa letiva realizada – também com recursos próprios da universidade e do estado – já ao final de 2009, e se desdobrará modularmente ao longo de quatro anos, ministrado em dois polos de ensino com 54 cursistas cada, sediados nos departamentos de Paulo Afonso e Teixeira de Freitas. É esse pois o marco institucional em que se inscreve o presente número da Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade, que vem consolidar, ao lado do Liceei, a presença de nossa Universidade no instigante e desafiador campo da Educação Escolar Indígena.

O número está estruturado em três eixos temáticos que tiveram o sentido de organizar a demanda e a produção dos artigos, bem como de dar conta, de modo abrangente, de diferentes aspectos do tema. No primeiro desses eixos temáticos, **Políticas de Educação Indígena: Estado e Movimentos Sociais**, tomou-se em conta que o movimento pela educação indígena específica e diferenciada é, no Brasil, anterior mesmo à própria legislação constitucional e infraconstitucional que a autoriza e assegura. Organizações não-governamentais e organizações indígenas foram pioneiras na implantação, em diversas iniciativas locais bem sucedidas, de modelos de educação intercultural e bilingue, inclusive na formação de professores, que constituem, ainda hoje, as bases para as muitas experiências multiplicadas a partir da década de 1990.

Com o ingresso dos organismos estatais no campo da educação escolar indígena em seguida à Carta de 1988, constituiu-se esse em um complexo campo interinstitucional, envolvendo os três níveis federativos, organizações da sociedade civil, universidades públicas e organizações indígenas; estas também em franca expansão a partir de então, incluindo instituições específicas de educação como as associações de professores. Multiplicaram-se também os espaços formais ou semi-formais de articulação desse campo, em fóruns, redes, conselhos e comissões.

Passados cerca de vinte anos do início desse processo, qual o balanço do desempenho dos espaços interinstitucionais de interlocução, de formulação e supervisão de políticas públicas em educação escolar indígena? Qual o acúmulo de experiências dos movimentos indígenas e indigenistas na formulação e no encaminhamento de demandas no campo? Como estão se havendo as organizações indígenas na gestão de suas escolas? Na sistematização de experiências e na produção de material didático específico? Que avaliações se podem

formular quanto ao desempenho de organismos estatais na assunção e na consecução dos seus compromissos? E como as instituições escolares no país respondem às demandas por produção de informação e de diálogo com os campos da educação e das culturas indígenas?

Em *A educação escolar indígena nos sistemas de ensino do Brasil*, Eliene Amorim de Almeida aborda um dos principais debates da educação escolar indígena nos dias atuais, que se dá em torno de qual ente federativo deve se responsabilizar por essa política e como deve-se organizar a administração pública brasileira para dar conta dessa responsabilidade, respeitando a especificidade dos povos indígenas no país. O artigo demonstra como esse debate vem-se dando desde 1991 até o presente, com a publicação do Decreto 6861/09 e a proposta de um novo Estatuto dos Povos Indígenas pela Comissão Nacional de Política Indigenista.

De modo inédito, este número traz a contribuição de dois indígenas com experiências de direção na gestão oficial da educação escolar indígena, respectivamente a nível nacional e a nível estadual na Bahia. O depoimento de Gersem Baniwa, em *Educação escolar indígena: Estado e movimentos sociais*, produz reflexões políticas e teóricas sobre o alcance prático dos direitos indígenas no campo das políticas de educação escolar, a partir das mudanças provocadas pela Constituição de 1988 e recorre à história recente de processos de escolarização dos povos indígenas no país, para sugerir a necessidade de aperfeiçoamentos nas estratégias de médio e longo prazo dos movimentos indígena e indigenista brasileiros tendo em vista a ampliação e efetivação dos direitos indígenas a uma educação efetivamente intercultural específica e diferenciada, que considera ameaçados por uma nova onda de igualitarismo e universalismo. Como a educação escolar dos povos indígenas teve como fundamento e fim, antes de 1988, garantir e facilitar o processo de integração dos índios à chamada comunhão nacional – quando não a sua eliminação física para abrir caminho aos projetos de expansão territorial e econômica do estado Colonial –, considera que os principais desafios enfrentados na atualidade passam ainda pela necessidade de superação das práticas seculares de tutela ou semi-tutela, para apostar nos verdadeiros protagonismo e autonomia indígenas na construção e gestão de seus processos de educação, associados aos seus projetos societários do presente e do futuro.

Em *Gerenciamento da educação escolar indígena, poder público e a relação com o movimento indígena: experiência e reflexão*, Rosilene Cruz de Araújo Tuxá tem como propósito socializar o que considera uma nova dimensão do Campo Educacional Indígena, uma vez que, diante da conjuntura em que vivem as sociedades contemporâneas, torna-se necessária, através de um modelo específico de educação, a reafirmação das identidades étnico-culturais indígenas, mostrando que são possíveis outros modos de entendimento e valorização da existência humana. Nessa perspectiva, contextualiza a luta do movimento indígena pela efetivação de políticas públicas para a sua educação escolar.

Francisco Alfredo Morais Guimarães, um dos docentes responsáveis pela concepção e pela coordenação do Lincei/Uneb, em *Educação e povos indígenas: legislação e experiência com produção de material didático de*

autoria indígena na Bahia, reflete sobre as mudanças ocorridas a partir do marco histórico e legal da Constituição de 1988, que assegura, também no campo educacional, o direito às especificidades étnico-culturais indígenas, para destacar uma experiência de pesquisa, produção e adoção de livros didáticos de autoria indígena, no âmbito do curso de Magistério Indígena na Bahia, que contemplou uma proposta colaborativa cujos objetivos e métodos de investigação foram discutidos e negociados com os professores pesquisadores indígenas, visando ao desenvolvimento de práticas de pesquisa comprometidas com suas próprias perspectivas cognitivas e intelectuais. A experiência teve, dentre os seus resultados, a publicação de quatro livros elaborados por professores indígenas de três etnias na Bahia, e que estão sendo adotados pelas escolas indígenas dessas etnias.

Tendo em vista que as interfaces políticas escolares entre as sociedades indígenas e a sociedade nacional vão além do âmbito das escolas indígenas, em *História e culturas indígenas na escola: museu e ação cultural*, Sidélia Santos Teixeira, Daiane Silva Carvalho e Joseane Macedo da Silva relatam uma experiência de pesquisa etnográfica em instituição escolar e em museu etnológico, que aborda as dificuldades de aplicação da Lei 11645/08, que inclui o estudo de história e culturas indígenas no ensino fundamental e médio. As conclusões apontam, a partir de posições dos professores e de conhecimentos dos alunos sobre os povos indígenas, tanto para a prevalência de informações genéricas e superficiais sobre esses povos, como para o impacto do trabalho de ação cultural sobre esse conhecimento, podendo os museus etnográficos desempenhar importante papel nesse processo se utilizados como recursos para abordagem eficaz da temática. Para tanto, recomendam a construção de ações articuladas entre as instituições museológicas e escolares, as quais deveriam ser objeto de políticas públicas nas áreas de educação e cultura.

Desde as primeiras críticas sistemáticas às práticas hegemônicas relacionadas à educação escolar para as populações indígenas nas Américas, até a incorporação oficial, no Brasil, do conceito de “educação escolar diferenciada” como base das políticas educacionais nacionais destinadas a esses povos, tem crescido sensivelmente a produção acadêmica sobre o tema da “educação indígena”. No entanto, poucos estudos têm focado o impacto das novas políticas – e as formas com que essas políticas têm sido implementadas – sobre as próprias sociedades e culturas indígenas.

O segundo eixo temático deste número da Revista, **Sociedades e Culturas Indígenas sob o Marco da Educação Escolar Diferenciada**, reúne artigos que tratam desse impacto, ou melhor, examinam as formas em que essa nova versão da instituição escolar e as suas práticas e discursos têm sido abordados, processados, absorvidos ou transformados por grupos indígenas específicos, de modo a influenciar ou transformar aspectos chave dos processos sociais, econômicos, políticos e religiosos das comunidades em foco. Qual a influência dessas novas escolas e dos professores nas relações de poder e nas configurações sociopolíticas internas às comunidades? De que forma o surgimento dessas novas escolas indígenas tem afetado as relações de gênero? Como tem alterado a relação entre as gerações? Quais desenvolvimentos têm ocorrido nas ontologias e cosmologias indígenas e nas práticas xamânicas? Que impac-

to tem tido sobre processos identitários e nas lutas políticas e demandas desses povos por direitos territoriais e outros?

Em *Escrito no corpo: gênero, educação e socialidade na Amazônia numa perspectiva Kaxinawá*, Cecília McCallum, focando as escolas dessa etnia da Amazônia Ocidental, apresenta uma discussão etnográfica dos primeiros anos de uma das iniciativas pioneiras em educação indígena no Brasil, o projeto desenvolvido nos anos 1980 pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), que visava treinar professores indígenas, apoiá-los na alfabetização de seus parentes e criar escolas verdadeiramente indígenas, com o objetivo último de empoderar os índios e pôr um fim às relações de escravidão, baseadas no endividamento permanente para com seus patrões e comerciantes brasileiros, aos quais haviam sido submetidos historicamente. Nessa iniciativa, com poucas exceções, todos os professores escolhidos pelos Kaxinawá e todos os alunos eram do sexo masculino. O artigo discute a relação entre os conceitos de gênero, pessoa, socialidade e educação escolar entre os Kaxinawá, focalizando a questão da ausência das mulheres nas salas de aula àquela época; e levantando a questão do risco de desempoderamento das mulheres no dinâmico contexto social, político e econômico em que estavam inseridas. A discussão etnográfica mostra que a educação escolar feminina não era entendida como empoderamento e que, pelo contrário, as mulheres se preocupavam em fortalecer a sua participação na produção de socialidade, procurando aumentar o seu acesso à arte de tecer o desenho gráfico. O artigo sugere que a grande predominância de homens entre os professores indígenas no Brasil pode ser explicada como resultado de lógicas semelhantes no que diz respeito a gênero, epistemologia e socialidade entre outros povos indígenas.

Etnografia da alfabetização e sistemas gráficos na Amazônia é também tema de *¿Podía leer Sangama?: sistemas gráficos, lenguaje y shamanismo entre los Piro (Perú oriental)*, de Peter Gow, artigo já clássico mas ainda inédito no Brasil, que contribui para o conhecimento da também pouco estudada historiografia dos povos indígenas amazônicos. O artigo analisa um texto recolhido por uma missionária em meados dos anos 1950, cujo informante fora um dos primeiros professores bilingues piro, e que narra a história de Sangama, que, nas primeiras décadas daquele século, quando os Piro ainda viviam submetidos aos brancos sob o sistema de escravidão por dívidas, afirmava conhecer a arte da leitura. A partir de uma análise da relação histórica entre os Piro e a escritura alfabética ocidental, o autor mostra como os sistemas gráficos indígenas influíram na interpretação da escritura européia, e argumenta que o relato que oferece Sangama acerca da escritura reflete a relação entre o desenho gráfico e a linguagem na prática xamânica dos Piro.

Com base em dados coletados nos últimos dois anos junto a comunidades de diversos grupos étnicos, o artigo *Deseos encontrados: escuelas, profesionales y plantas en la Amazonía peruana*, de Luisa Elvira Belaunde, fecha essa verdadeira trilogia sobre sociedades indígenas da Amazônia Ocidental, com uma análise que examina as transformações que a escolaridade e o desejo de profissionalização estão gerando, na transição da oralidade à escritura, as mudanças residenciais, o surgimento de novas elites políticas e a monetariza-

ção da economia indígena. Apresenta também a proposta de alguns pensadores indígenas de usar plantas com o propósito de encontrar um caminho para sair das contradições e dos revezes gerados em torno da escolarização.

Os *Processos de etnogênese dos Pataxó em Cumuruxatiba no Município do Prado-BA* é o tema do artigo em que Maria Geovanda Batista procura refletir sobre o processo de luta desse povo indígena por seu território e por ser reconhecido por seus vizinhos não indígenas. Na última década, um grupo de aproximadamente trezentas famílias dessa etnia, até então identificadas como “caboclos” nessa antiga “vila índia”, decidiu retomar uma Fazenda situada em seu território tradicional, ao mesmo tempo em que retomava para si a afirmação de sua identidade. Invisíveis para os outros e, ao mesmo tempo, situados à fronteira da exclusão social, os Pataxó vêm, nesse processo de autodeterminação, alterando o curso da sua história e subvertendo o destino social que lhes fora imposto, não sem contradições e reação de parte da sociedade local e nacional. A autora procura refletir em torno de processos através dos quais, diante do outro, do diferente, somos testados em nossos conceitos e preconceitos científicos. Intenciona ainda contribuir para a superação do que considera um estado hegemônico de injustiça e de cegueira no país no que diz respeito aos direitos, à territorialidade e às culturas indígenas.

Não se poderia porém tratar das sociedades e culturas indígenas sob o marco da educação escolar diferenciada sem se considerar também as articulações dessa temática com abordagens mais clássicas acerca da **Escola Indígena e suas Práticas**, terceiro e último eixo temático desta edição da Revista. Se a noção de educação diferenciada deve orientar a prática pedagógica e a própria organização da educação escolar indígena, à medida que se consolidam a organização das escolas indígenas e a inclusão de professores indígenas na estrutura das escolas, os desafios aumentam. A estrutura institucional na qual se inserem as escolas indígenas são ainda marcadas por um alto grau de formalismo, seja na orientação curricular, seja no plano administrativo, que repercutem fortemente nas condições de possibilidade de práticas educacionais diferenciadas. O respeito às especificidades dos diversos contextos socioculturais onde se inserem as escolas indígenas é uma das orientações presentes nos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena (RCNEEI), para a organização do trabalho pedagógico, em cujo âmbito as práticas escolares devem ser o reflexo de um projeto comunitário.

Um conjunto de questões se colocam então para a construção desses princípios básicos de autonomia e articulação entre projeto educacional e sócio-cultural. De que maneira as escolas indígenas têm incorporado a discussão sobre a organização territorial e a sustentabilidade nas práticas educacionais, para além do mero formalismo da proposição de conteúdos disciplinares e curriculares? De que maneira a precariedade institucional do trabalho docente, dado não haver ainda uma legislação nos diversos âmbitos do poder público definindo e aparando a carreira de professor indígena, tem influenciado na elaboração e concretização de projetos pedagógicos comunitários e minimamente autônomos? Qual o significado real dos projetos pedagógicos nos contextos educacionais indígenas? Que modalidades de diálogo intercultural tem marcado as práticas pedagógicas dos professores indígenas?

Exemplo de articulação entre os dois últimos eixos temáticos aqui propostos é o artigo *O desejo de retorno da língua (quase) perdida: professores indígenas e identidade linguística*, de Terezinha de Jesus Machado Maher, que descreve e discute o impacto de uma política de revitalização de línguas indígenas nos processos de (re)construção da identidade linguística de um grupo de professores indígenas do Acre e sudoeste do Amazonas. Esses professores, cujos níveis de proficiência nas línguas tradicionais de suas comunidades de fala são limitados, vêm empregando um conjunto de estratégias para lidar com as demandas da nova ordem sociolinguística na qual estão imersos. Partindo do pressuposto de que a identidade não é algo dado, mas é um processo sob constante (re)definição social e histórica, a autora analisa discursos referentes às identidades linguísticas dos professores em questão, enfatizando, nesse percurso, as interpretações culturais de suas relações com as línguas tradicionais de seus povos. Com as práticas discursivas analisadas, chama atenção para o fato de que nenhum programa de educação indígena que envolva o estabelecimento de políticas de revitalização linguística poderá ser realisticamente implementado sem que se examine e interprete as tensões com as quais professores indígenas imersos em conflitos sociolinguísticos têm que lidar.

Em *Los procesos comunicacionales y sus desafíos en la educación aborígen*, Beatriz Bixio e Luis Heredia discutem o fracasso escolar de crianças e jovens aborígenes a partir de aspectos pontuais relativos aos estilos educativos em sua articulação com os estilos de comunicação. Argumentam que a distância entre as formas de comunicação dos nativos e as que propõe a escola constitui um aspecto sutil mas de forte incidência no fracasso e na deserção escolares, pois afeta a interpretação dos enunciados. As regras da comunicação se estendem às relações entre significados e condutas, o que se constitui em um outro eixo que aponta para a distância entre os estilos educativos escolares e os desenvolvidos no interior da cultura nativa. Em terceiro lugar, interpretam essas distâncias em termos das diferenças de poder e assimetria que regem as relações interétnicas, as quais definem como relações de fricção e conflito, para, sob esse marco, reconhecerem a importância e a necessidade de que as comunidades participem ativamente no desenho de seus próprios projetos educativos.

Por outro lado, em *Performance e transformação na escola indígena Bakairi*, Celia Letícia Gouvêa Collet percebe, através de uma etnografia da escola dessa etnia indígena de Mato Grosso, que essa instituição foi apropriada por eles a partir de referenciais culturais bastante próprios. A escola foi identificada aos rituais “tradicionais” não apenas por ser um espaço de socialização e performance, mas também por ser um local de “transformação” e de garantia da perpetuação de seu povo e suas famílias.

Por fim, em *Educação escolar entre os Tupinambá da Serra do Padeiro: reflexões sobre a prática docente e o projeto comunitário*, Marcos Luciano Lopes Messeder e Sonja Mara Mota Ferreira situam a construção da identidade étnica dessa comunidade no âmbito de um amplo processo de organização dos povos indígenas no Nordeste, destacando o componente religioso desta trama identitária, numa breve caracterização que permite compreender o significado atribuído à educação escolar nesse processo e como essa in-

corpora, por seu turno, as orientações mais amplas do projeto comunitário. A contextualização da escola permite, em seguida, descrever e analisar práticas e discursos dos professores sobre o que consideram como educação diferenciada e, ao final, buscam compreender os dilemas e as possibilidades colocadas pela experiência escolar indígena desenvolvida por essa comunidade específica, analisando uma modulação possível de construção da educação diferenciada.

O conjunto de artigos aqui reunidos aborda, pois, uma diversidade de contextos temáticos da educação escolar indígena e dos âmbitos societários e político-administrativos em que essa se inscreve, abrangendo, ademais, de aspectos de sua gestão pelo estado nacional brasileiro e dos desafios que essa impõe aos movimentos sociais que a protagonizam, até realidades etnográficas locais e regionais que vão do Nordeste indígena a áreas transfronteiriças na Amazônia.

Restaria considerar, ainda sob o marco da implantação do curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena da Uneb, o desafio representado pela necessidade de reflexões, em abordagens próximas, acerca das experiências pioneiras em formação superior de professores indígenas; experiências que tem florescido, nos últimos dez anos, em algumas iniciativas promissoras mas ainda isoladas.

Presentemente, porém, se tem oportunidade de massificar este processo e de formar um número cada vez maior de licenciados indígenas, aptos não apenas a formar indígenas em nível médio, mas a formar os próprios professores indígenas, o que significa um grande avanço no sentido da autonomização da educação escolar indígena.

Além disto, a multiplicação dessas iniciativas de formação já tem demandado a constituição de redes de discussão e articulação a níveis continental, nacional e regional, capazes de ensinar a formação de “massas críticas” orientadas para as especificidades e interesses dos povos indígenas nesses diferentes níveis. Se a autonomia implica na construção de processos de formação baseados no compromisso dos próprios índios com seus projetos de sociedade; como as licenciaturas indígenas, enquanto consolidações de certa autonomia formativa, poderão ensinar a construção de sistemas de educação escolar indígena que venham, fechando o ciclo, a se consolidar com formação em pós-graduação e produção de pesquisa? E também a subsidiar os projetos de auto-sustentação econômica e social; a pensar os territórios e sua articulação interna com os projetos socioculturais indígenas e também com a sociedade inclusiva?

São questões que ficam para um possível próximo número da Revista sobre o tema da Educação Indígena e para as quais a experiência dos próximos anos do curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena da Uneb decerto contribuirá.